

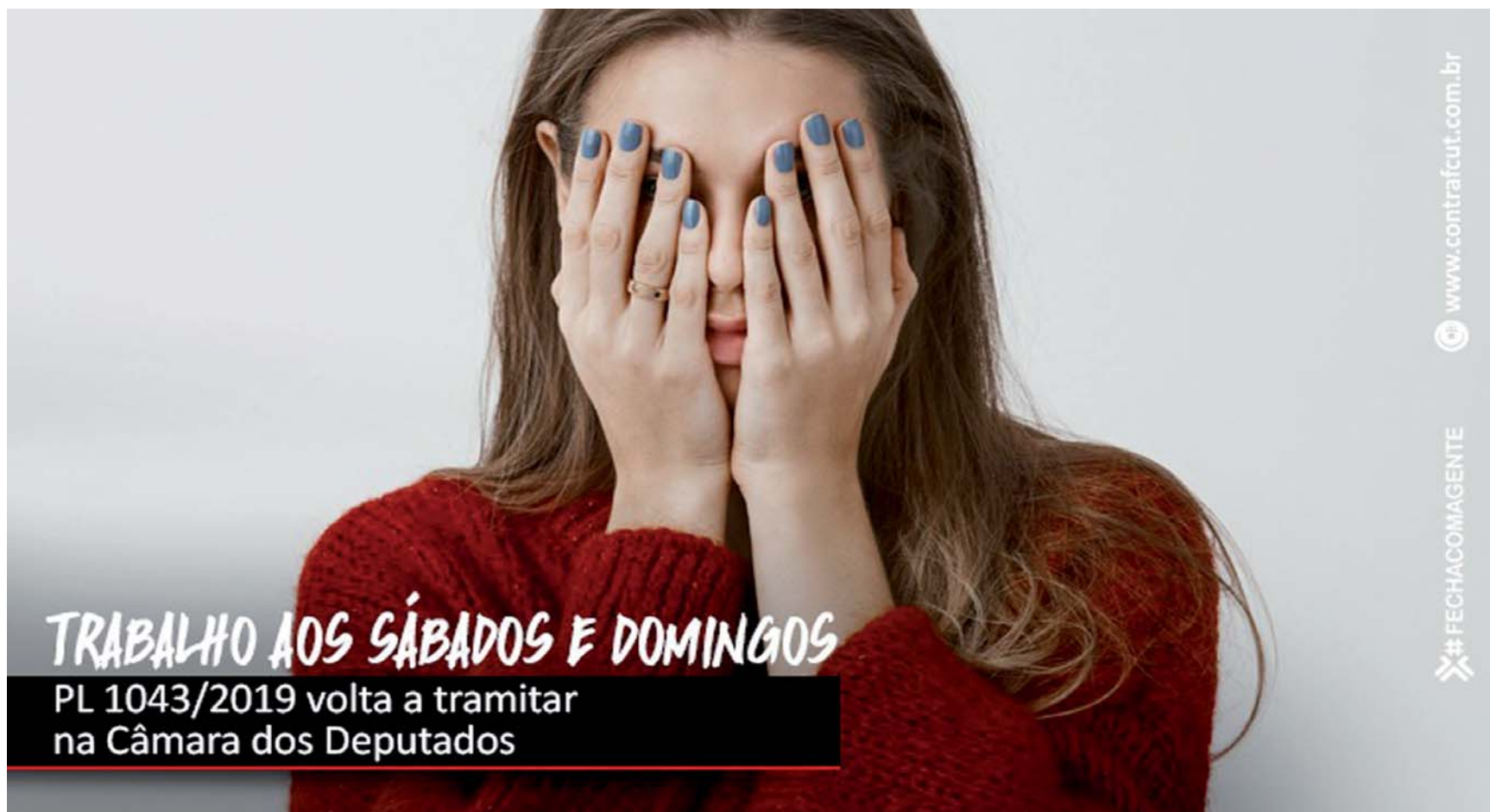
APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1684 | 27/SETEMBRO A 2/OUTUBRO DE 2021



Categoria deve se mobilizar contra PL de trabalho aos sábados e domingos



O PL 1043, de autoria do deputado David Soares (DEM-SP), voltou a tramitar e teve parecer favorável na Comissão de Defesa dos Consumidores (pág. 3)

COE Bradesco entrega minuta e quer negociar teletrabalho e outras pautas (pág. 6)

Reforma administrativa é aprovada em comissão especial da Câmara. Precisamos reagir (pág. 8)

ARTIGO

LUTA PELO BRASIL E PELA
DEMOCRACIA

Durante a 23ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada virtualmente nos dias 3 e 4 de setembro, foi deliberada uma resolução de engajamento da categoria nas manifestações e atividades em defesa da democracia e dos direitos, organizadas pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo, junto às centrais sindicais, contra os desmandos do governo Bolsonaro e tudo o que ele representa.

Diante dos atuais ataques contra a democracia, às instituições do Estado, o patrimônio público, ao exercício da liberdade e da cidadania e, principalmente, aos direitos sociais e trabalhistas, o movimento sindical defende a intensificação da organização e da mobilização da classe trabalhadora na resistência contra a ascensão do pensamento golpista de cunho fascista e do neoliberalismo, que atentam contra as garantias democráticas e sociais. Este pensamento e esta postura de governo têm levado milhões de brasileiros à fome e ao desemprego.

A cada dia que vamos ao supermercado, vemos que os preços dos produtos, principalmente dos alimentos, estão mais caros. O dinheiro que antes dava para encher um carrinho de compras, hoje é o que se gasta com o básico para, no máximo, alguns dias. Enquanto isso, para agravar a situação, os salários não acompanham as altas de preços e os trabalhadores, a cada reforma, a cada medida do governo, perdem mais direitos e mais poder de compra.

Os males que estamos tendo que enfrentar têm suas origens nas políticas implementadas pelo governo Bolsonaro, que beneficia o mercado financeiro e os empresários e prejudica os trabalhadores. Sem política de geração de emprego e renda ou qualquer outra política de desenvolvimento do país, nossa situação está cada vez mais precarizada e temos de reagir.

No próximo dia 2 de outubro, as Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, CSP-Conlutas, Intersindical e Pública), partidos democráticos e mais de 80 entidades representadas pelas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, estão organizando um grande ato Fora Bolsonaro que já têm concentração marcada em várias localidades pelo país. Em Fortaleza, a concentração acontece a partir das 9h, na Praça da Bandeira. É importante lembrar que, para quem for ao ato, deve priorizar a segurança física e sanitária com o uso de máscara e álcool em gel.

É fundamental que nos engajemos nesse protesto da forma que for possível: nas praças, locais de trabalho, terminais de transporte público, redes sociais etc., pois a cada dia que Bolsonaro permanece no poder, o Brasil afunda ainda mais na crise sanitária, econômica e política, criada por esse governo, que gerou desemprego, desalento, fome, carestia e morte.

A classe trabalhadora exige direitos, renda, comida, saúde, democracia, respeito à vida, à soberania, preservação das estatais e dos serviços públicos, eleições livres e, principalmente, justiça social. Esse é o dia para irmos às ruas mostrarmos nossa indignação e cobrarmos do Congresso Nacional a imediata abertura do processo de impeachment para que Bolsonaro seja afastado e seus crimes apurados e julgados.

Vamos ocupar as ruas em protesto contra o caos que Bolsonaro representa. #VidaÉLuta!



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)



[bancariosce](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF



Deputados podem promover mais um ataque contra bancários

O Projeto de Lei 1043/2019 é a mais “nova” bomba em tramitação na Câmara dos Deputados que deve cair sobre a categoria bancária. O PL 1043, que autoriza a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos, de autoria do deputado David Soares (DEM/SP), teve parecer favorável à aprovação apresentado no dia 17/9 pelo relator na Comissão de Defesa dos Consumidores (CDC), o deputado Fabio Ramalho (MDB-MG). Agora, está aberto para emendas durante cinco sessões e depois poderá ser votado na comissão.

A possibilidade de abertura das agências bancárias aos sábados e domingos já foi aventada diversas vezes no Congresso, tanto por meio de projetos de lei, como o PLS 203/2017, quanto por medidas provisórias (MP 881/2019 e MP 905/2019) encaminhadas

pelo governo Bolsonaro e foram derrubadas graças à pressão dos trabalhadores e seus representantes sindicais.

Para a presidenta da Contrafcut, Juvandia Moreira, que também é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, a proposta visa atender interesses do mercado financeiro. “É coisa deste governo, que governa só para os ricos. Hoje, os bancos já obtêm lucros astronômicos com cobrança de metas absurdas dos bancários. Eles querem realizar essa mesma prática aos sábados e domingos para aumentar ainda mais seus lucros, sem pensar na saúde e nas condições de trabalho da categoria”, disse.

ACORDOS – O principal argumento de quem defende a abertura dos bancos aos finais de semana é a necessidade de eventos que

necessitem de serviços bancários nestes dias. Mas, a presidenta da Contrafcut lembrou, que para casos específicos, como a abertura durante eventos aos finais de semana e para o funcionamento de centrais de teleatendimento, já existem acordos específicos negociados com as entidades de representação dos trabalhadores e que, por isso, não há necessidade de alteração na lei.

O projeto tramita desde 2019, mas estava engavetado até este ano após intervenção da Contrafcut junto ao antigo relator, o deputado João Carlos Bacelar (PL/BA). Como ele não pertence mais à CDC, o deputado Fábio Ramalho foi designado como novo relator.

Você pode opinar sobre o projeto e manifestar seu posicionamento contrário ao PL. Basta acessar <https://bit.ly/39A4UOX> e responder “discordo totalmente”.



Funcionários do Banco do Brasil voltam a cobrar negociação sobre coparticipação

A Contraf-CUT e a Comissão dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) voltam a cobrar o agendamento de reunião para debater devolução dos valores pagos de co-participação, inclusive retroativos à resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que teve seus efeitos sustados com a aprovação do PDL 342/2021.

A redução da coparticipação dos funcionários do BB à Cassi é um compromisso feito em Mesa de Negociação entre as duas partes, isto é, de um lado a diretoria da Cassi e, de outro, as entidades que representam os funcionários. A proposta é retomar os índices de coparticipação praticados em 2018.

Vale lembrar que o aumento da co-participação foi votado no Conselho Deliberativo da Cassi em 2018, com voto dos eleitos da chapa do diretor Luiz Satoru e com apoio do presidente do conselho deliberativo,

Sergio Faraco. Foi aprovado com uma ressalva de que reequilibradas as contas da Cassi, esse assunto deveria ser rediscutido. Mas infelizmente nem mediante a vários pedidos dos associados e das entidades eles ainda não fizeram isso.

Outra reivindicação que o movimento sindical, junto com as demais entidades representativas, tem feito desde 2020 é em relação ao Programa de Assistência Farmacêutica (PAF), que teve sua lista de medicamentos reduzida em 70%. Ainda que a Cassi tenha feito uma pequena revisão em junho de 2021 (inclusão de 16 princípios ativos), está longe de alcançar os níveis anteriores. O PAF é um importante programa de saúde que contribui para redução dos custos assistenciais da Cassi. A pseudo economia com o programa resultará em um aumento nos custos da Cassi. Outra medida que mostra a deterioração do atendimento ao associado foi a drástica redução da rede credenciada, que dificultou o

acesso do associado aos serviços de saúde.

RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL – A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) é contrária ao comunicado interno divulgado pelo Banco do Brasil, dia 15/9, para informar que os funcionários que estão em home office, e não pertencem ao grupo de risco, poderão retornar ao trabalho presencial de forma opcional desde 20/9, mesmo aqueles que ainda não se vacinaram ou completaram as duas doses do imunizante.

Até momento o BB não se reuniu com a Comissão de Empresa dos Funcionários. Continuamos cobrando uma reunião com os representantes de todo o país, pois afinal os problemas estão aumentando. A cada dia que passa, as entidades representativas dos funcionários recebem relatos do Brasil inteiro em que o fato de ser voluntário passou a ser uma nova forma do banco cobrar metas de volta de pessoas.

Comando Nacional retoma negociação com Fenaban sobre teletrabalho

Os resultados da 2ª Pesquisa de Teletrabalho da Categoria Bancária foram apresentados dia 24/9 pelo Comando Nacional para a Fenaban. O Comando manifestou preocupação com uma volta descoordenada e apressada ao trabalho presencial. Ficou marcada para a semana que vem a retomada de negociação para definir sobre os protocolos de segurança nos locais de trabalho.

A pesquisa foi feita pelo Dieese e avaliou as condições para a categoria realizar o teletrabalho, após mais de um ano de duração dessa modalidade, durante a pandemia da Covid-19. Foram colhidos questionários respondidos por 13 mil bancários e feitos vários recortes na pesquisa, desde faixas etárias, salariais, distribuição geográfica e por bancos. Houve maior índice de diagnóstico positivo de Covid-19 (38%) entre os que permaneceram no trabalho presencial do que os que foram para o teletrabalho (23%). Chamou a atenção o fato de que o banco que menos colocou trabalhadores em teletrabalho foi o que



mais teve registros de contaminação.

Uma das principais preocupações do Comando é com o retorno dos que estão em teletrabalho para o trabalho presencial. “Dizemos desde o ano passado que o retorno não pode ser feito antes de ter uma proteção na sociedade, de ter todos os cuidados. O retorno tem que ser cauteloso. Vemos que alguns bancos fazem retorno sem negociar. O que está em jogo é se a pessoa vai viver ou não, se vai ficar com sequelas ou não. Isso tem consequências que não são boas para as pessoas. Por isso, cobramos tanto a negociação antes de qualquer retor-

no”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

Ficou marcado para o dia 1º/10 a retomada da Mesa Permanente de Saúde entre o Comando e a Fenaban para definir o protocolo de segurança contra a Covid-19.

Um dado importante na pesquisa foi que somente 13% dos pesquisados estão recebendo auxílio financeiro dos bancos para os custos do teletrabalho.

Apenas um dos cinco maiores bancos está pagando o auxílio de forma regular. Enquanto as despesas do teletrabalho se avolumam com o aumento da inflação, os bancos cortaram custos com o trabalho remoto. Economizaram R\$ 766 milhões, na comparação das despesas administrativas entre 2019 e 2020.

Os representantes da Fenaban pediram na reunião um tempo para analisarem os dados da pesquisa, antes de responderem às reivindicações. As negociações também serão feitas banco a banco, por meio das comissões de empregados.

MESA DE NEGOCIAÇÃO SOBRE SAÚDE CAIXA FOI SUSPENSA

A mesa de negociação entre a CEE/Caixa e os representantes do banco, prevista para o último dia 23/9, foi suspensa. A reunião daria continuidade às negociações sobre o modelo de gestão e custeio do Saúde Caixa a ser implementado a partir de janeiro de 2022.

Para a Comissão, os princípios de solidariedade, mutualismo e pacto intergeracional são premissas inegociáveis. Outro ponto a ser tratado é o calendário para as assembleias. A CEE/Caixa defende que o calendário permita apresentar a proposta e fazer

os debates e esclarecimentos necessários. “Toda e qualquer proposta sobre o plano de assistência à saúde será amplamente debatida com os colegas. Desde o início dos trabalhos temos reforçado a importância de os usuários do plano acompanharem este debate pela importância que esse assunto tem”, disse a coordenadora da CEE/Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

Na última reunião, dia 10/9, a CEE reafirmou as premissas definidas pelos empregados para a proposta e conseguiu superar dois impasses: a utilização da média entre as projeções

de custo realizadas pelas assessorias atuariais contratadas pelo banco e pela Contraf-CUT e Fenae; e o descarte divisão paritária dos custos entre usuários e a Caixa.

“A paridade era uma imposição do banco com base na CGPAR 23, que perdeu seus efeitos após a aprovação do PDL 342/2021 (antigo PDC 956/2018). Mas, a manutenção do modelo de custeio 70/30 ainda enfrenta um impasse devido ao teto de custo a ser pago, de 6,5% da folha de pagamentos, que é definido no novo estatuto da Caixa”, explicou Fabiana Uehara.

COE e Bradesco retomam mesa de negociação da minuta específica

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco se reuniu com o banco dia 22/9 para debater alguns pontos da minuta específica de reivindicação, resultado do Encontro Nacional dos Funcionários do Bradesco, realizado virtualmente no início de agosto.

O Bradesco informou a suspensão do rodízio entre os trabalhadores da rede de agências, que acontece desde o início da pandemia, a partir de 4/10. O banco justificou a decisão por conta de o movimento de flexibilizações das restrições sociais dos governos estaduais impactar nas agências, com aumento no volume de atendimento.

Na sequência, o Bradesco propôs iniciar as negociações para o plano de retorno também nos prédios administrativos. Os representantes dos trabalhadores reivindicam o estabelecimento de alguns critérios, como o retorno gradual, apenas com trabalhadores totalmente imunizados que se voluntariarem e de forma escalonada para evitar aglomerações na entrada e na saída com número limite. O banco concordou com os termos e ainda garantiu que não haverá convocações para o retorno dos trabalhadores do grupo de risco em nenhuma das áreas, que foi outro pedido da COE.

Os representantes dos bancários cobraram ainda a manutenção

e o cumprimento dos protocolos de saúde e segurança, além da aplicação do protocolo em caso de testagem positiva de Covid-19, com sanitização, isolamento dos funcionários e fechamento da agência ou departamento. O Bradesco acatou e se comprometeu a reforçar a comunicação para toda organização Bradesco.

TESTAGEM COVID-19 – A COE Bradesco solicitou a expansão do teste para os familiares dos funcionários. O banco ficou de dar retorno posteriormente.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO – Questionado sobre possível mudança no horário de atendimento nas agências, o Bradesco afirmou que mantém o reduzido horário para o

público normal, das 10h às 14h. Para os aposentados, em dia de pagamento, das 8h às 14. Em dias normais, das 9h às 14h.

EMPREGO – A COE Bradesco denunciou o aumento das demissões em todo o Brasil, de acordo com o registro dos sindicatos, e reforçou a prioridade da manutenção do emprego.

PAUTA ESPECÍFICA – A COE solicitou a retomada de negociação da pauta específica, do acordo de teletrabalho, emprego, valorização dos funcionários e plano de saúde/odontológico. A representação dos trabalhadores e o Bradesco voltam a se reunir na segunda quinzena de outubro para debater as reivindicações dos funcionários do Bradesco.





Bancários do Itaú protestam contra o programa GERA

O Sindicato dos Bancários do Ceará visitou as agências do corredor bancário da Aldeota, centro financeiro de Fortaleza, no último dia 24/9, em protesto contra o programa de remuneração variável denominado GERA. Durante as manifestações, diretores do Sindicato se reuniram com os funcionários e denunciaram à sociedade a postura prejudicial do banco diante do novo programa, que tem sacrificado o funcionalismo.

Implantado neste ano em subs-

tituição ao AGIR (Ação Gerencial Itaú para Resultados), o programa GERA provocou uma verdadeira reestruturação do trabalho. Além do acúmulo de funções, o programa produziu sobrecarga de trabalho dos Agentes de Negócios Caixa, aumento das metas e cobrança excessiva. Resultado: instabilidade emocional, medo de demissão e adoecimento.

As mudanças implantadas fazem parte do chamado Projeto Itaú 2030 que, segundo a própria instituição, busca um novo perfil de funcionário.

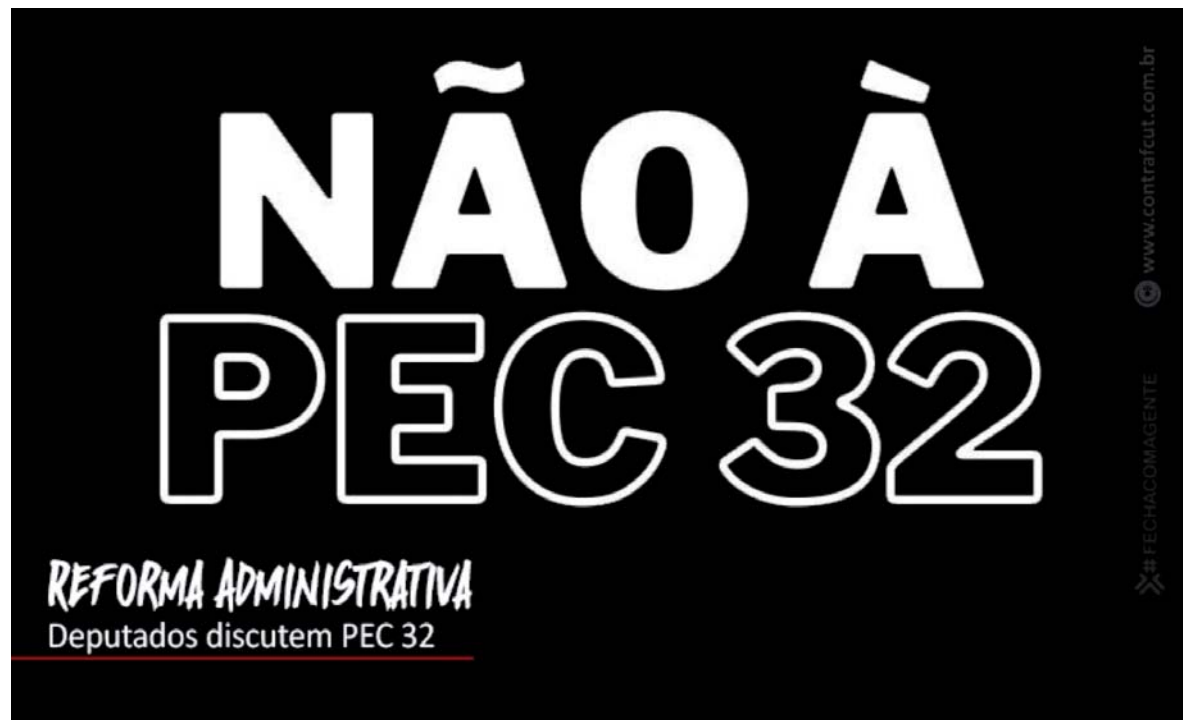
No discurso, o “Banco do Futuro” condena a discriminação, defende a diversidade e “uma mudança de cultura”. Na prática, no entanto, fecha os olhos para situações constrangedoras durante reuniões de avaliação, onde o desempenho de cada funcionário é exposto (o conhecido ranking, que é proibido pela Convenção Coletiva de Trabalho/CCT), dentre outras práticas nocivas. Os funcionários do Itaú querem respeito e um ambiente de trabalho saudável.

Ameaças da reforma administrativa são aprovadas em comissão

A Comissão Especial da reforma administrativa da Câmara dos Deputados aprovou dia 23/9 um projeto substitutivo do deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, a chamada reforma administrativa. O substitutivo foi aprovado com 28 votos, contra 18 dados pela oposição. A PEC 32 acaba com a estabilidade do servidor público e também dos trabalhadores das empresas públicas, incluídos os bancos. Traz sérios impactos à vida de toda a população e afeta qualquer retomada de desenvolvimento econômico.

O substitutivo aprovado privatiza a gestão de órgãos públicos por meio de convênios. Para a oposição, os convênios podem desviar recursos da Saúde e da Educação e prejudicar a qualidade de serviços públicos. Outro retrocesso são as contratações temporárias, por até dez anos.

“Essa ‘deforma’ administrativa carrega o DNA desse governo corrupto e incompetente. Só traz prejuízos, tanto ao serviço público como aos seus servidores. É um verdadeiro desmonte do Estado baseado em premissas falsas



por parte do governo Bolsonaro, seus seguidores e a bancada empresarial no parlamento, que quer substituir empregados concursados por contratos milionários com suas empresas. O povo brasileiro e o funcionalismo público têm que dar a resposta nas urnas”, criticou o secretário de Ralações do Trabalho da Contrafc-CUT, Jeferson Meira, que acompanha os projetos de interesse da categoria bancária no Congresso.

PLENÁRIO PODE REJEITAR – “O governo Bolsonaro manobrou, mudou composição da sua base e conseguiu aprovar a PEC 32 na Comissão Especial. Mas sabemos que é uma vitória de Pirro, porque o governo não tem 308 votos no Plenário. A oposição segue unida e forte com servidores e servidoras contra a PEC. A luta continua”, postou em seu perfil no Twitter a deputada federal Erika Kokay (PT-DF).

Gasto com alimentação

O gasto médio mensal com a alimentação das famílias que vivem nas maiores favelas do país é de R\$ 1.079,10, quase equivalente a um salário mínimo, hoje de R\$ 1.100. É o que mostra um estudo inédito feito com o G10, o grupo das favelas de maior expressão econômica do Brasil. O levantamento revela ainda que a tradicional dupla arroz e feijão continua sendo prioridade na mesa de 94% das famílias. Em seguida estão o café e o açúcar (71%), o macarrão (54%) e a carne (52%). Com a alta dos preços dos alimentos, muitas famílias, principalmente as de baixa renda, estão com dificuldades de “manter uma cesta básica completa”.

Rachadinha

O juiz Marcello Rubioli, da 1ª Vara Criminal Especializada do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que autorizou a quebra de sigilo bancário e fiscal do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), disse em seu despacho que já existem no processo contra o parlamentar “indícios rotundos de atividade criminosa em regime organizado para prática de crimes”, e que o vereador é citado como o comandante da operação ilícita. O Ministério Público do Rio apresentou denúncia em que afirma que oito funcionários do gabinete do vereador mantiveram ocupações incompatíveis na mesma época em que estavam lotados em cargos de assessores na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Desigualdade

Dos 30,2 milhões de brasileiros que recebem até um salário mínimo por mês, quase 20 milhões são pessoas negras, revela estudo feito pela consultoria Idados, a partir dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do IBGE, do segundo trimestre de 2021. Hoje, 43,1% dos negros ocupados recebem até R\$ 1.100. No quarto trimestre de 2015, no melhor momento da série histórica, eram 34,4%. Já entre pessoas brancas o percentual dos que ganham até um salário é de 24,1% e de outras raças, 28,2%. Segundo dados do IBGE, a população negra representa mais de 54% dos brasileiros.